

Introdução

*“Família, família,
Papai, mamãe, tia
Família, família
Almoça junto todo dia;
nunca perde essa mania.”.*

Arnaldo Antunes

A família tradicional, ironizada na letra de música do grupo *Titãs*, há muito já não é a única configuração existente ou mesmo predominante em nossa sociedade. Esta instituição passou por tantas transformações ao longo da história, que há muito já não se ligam necessariamente a fatores exclusivamente biológicos. Não raro encontramos ao longo da história da família sujeitos constituindo famílias e tendo filhos apenas porque era o que se esperava deles, seja porque “já estavam na idade”, ou porque os companheiros, os pais, ou mesmo seu meio lhes cobravam tal comportamento.

Da mesma forma, muitas famílias eram formadas por pessoas que desejavam, antes de qualquer coisa, serem pais e mães. Porém, por estarem inseridos muitas vezes em um contexto conservador e com identidades bem estabelecidas e cristalizadas, se viam na obrigação de se casar, não pelo fato em si mesmo, mas porque seria necessário para atualizarem o desejo de terem filhos. Aqui, o parceiro era secundário e secundarizado. O que estava em jogo era a possibilidade de se exercer a parentalidade.

Cada vez mais nos afastamos de um estereótipo de uma parentalidade pautada no instinto materno feminino cuidador e pai masculino provedor, principalmente porque o feminino, assim como o masculino, constitui-se cada vez menos como dado e natural e, cada vez mais, na relação com o outro que lhe atribui um gênero socialmente construído. Prova disso são definições de família que cada vez mais se afastam de fundamentações biológicas. Bourdieu (1994), por exemplo, define a família como um “*campo social*”, onde se reúnem sujeitos em constantes relações de poder e força, afastando-se ainda mais da noção de família nuclear burguesa tradicional quando a define também como uma “*ficção bem fundada*”, enfatizando que ela é, antes de qualquer coisa, socialmente construída.

Assim sendo, partiremos a partir do formato de família denominada homoparental para realizarmos nossa pesquisa.

Cabe aqui uma ressalva: quando estudamos a homoparentalidade e as discussões que ela levanta na sociedade, estamos dando maior visibilidade a estas famílias. Contudo, ao definir determinada configuração como homoparental, reforçamos a diferença entre esta e as famílias heterossexuais. Caímos, assim, em um paradoxo de difícil solução. A fim de solucionar este dilema, lançamos mão do aporte teórico da chamada teoria *queer*, que lida com conceitos pós-identitários e desconstrutivistas. Para estes teóricos as identidades sempre se combinam e, portanto, toda construção identitária que possa gerar binarismos é classificada como excludente.

No caso do binarismo hetero/homossexualidade, por exemplo, ponderaremos se realmente é importante nos determos na orientação sexual dos pais para se legitimar o exercício da paternidade, já que não parece haver nenhuma característica intrínseca à parentalidade (ou mesmo co-parentalidade) que seja exclusiva de famílias homossexuais. Desta forma, propomos que se repense se o uso do termo *homoparentalidade* é realmente adequado, uma vez que não existe o termo equivalente para famílias com orientação heterossexual, ou *heteroparentalidade*. Portanto, o nome próprio dado às famílias homossexuais com filhos parece ser conseqüência de um binarismo que, antes de criar uma categoria, reserva um lugar “diferente” aos pais homossexuais e seus companheiros, já que não utiliza o seu oposto para designar configurações familiares heterossexuais.

Contudo, por falta de outro termo mais adequado para designar famílias formadas por membros do mesmo sexo com filhos e para facilitar a compreensão, usaremos o termo *homoparentalidade*, cunhado na França pela militância homossexual nos anos 90.

Antes de qualquer coisa, a fim de entendermos melhor o estigma que a parentalidade homossexual carrega, vale lembrar que o desejo do homossexual pela paternidade foi por longo tempo ignorado, visto que esta orientação sexual sempre suscitou a imagem de promiscuidade e infertilidade, pois a relação sexual entre dois homens não tem o propósito da procriação.

Mesmo assim, a chamada homoparentalidade ganhou maior visibilidade e começou a ser mais debatida na sociedade brasileira após o falecimento da cantora

Cássia Eller, que deflagrou uma batalha judicial pela guarda do filho da artista entre seu pai e sua companheira, culminando com a vitória desta última. Outras discussões mais recentes também deram igualmente maior notoriedade às famílias homossexuais, tais como a adoção de uma menina na cidade do interior do estado de São Paulo chamada Catanduva por um casal de homossexuais e a aprovação na Espanha da mudança da constituição onde homossexuais não só passaram a ter o direito de se casar mas também de adotar crianças em conjunto.

Com esses assuntos em pauta, a imprensa brasileira mostra-se cada vez mais interessada sobre a questão. O problema foi que esta mesma imprensa acabou por generalizar o tema, o que pode ter criado uma nova categoria social, o que não significa, contudo, que homossexuais masculinos não possam exercer a paternidade, já que ser homossexual já não é mais sinônimo de vida sem filhos.

Diante deste quadro, esta dissertação voltará seu olhar a uma determinada configuração familiar: a de pais separados, com filhos, que resolveram refazer suas vidas com companheiros do mesmo sexo. A partir daí, caminharemos juntos com estes sujeitos, procurando compreender suas angústias, medos, alegrias e desejos. Com nossa atenção voltada especialmente à co-parentalidade homossexual, procuraremos dar voz a estes companheiros dos pais homossexuais, que nos poucos trabalhos sobre o tema, parecem, se não esquecidos, atuar como coadjuvantes. Com isso, tentamos fugir da generalização do tema e fazer um recorte mais específico, sem perder de vista que os papéis sexuais do indivíduo e mesmo de gênero parecem variar conforme a cultura e o tempo nos quais se inserem, já podem ser relativizados e não são mais determinantes no que se refere a constituições de novas famílias, devido a fatores tais como os questionamentos do poder paterno na família tradicional e da heterossexualidade como padrão normativo, assim como a nova postura da mulher em relação à maternidade.

O primeiro capítulo deste trabalho traz uma introdução à teoria *queer*, onde expomos seus principais aspectos e características. Ainda neste capítulo visitaremos obra de Foucault no que diz respeito à construção da teoria *queer*.

No segundo capítulo será possível percorrer a história da homossexualidade e conhecer um pouco do pensamento do filósofo francês Jacques Derrida e explorar sua tese da desconstrução, essencial à teoria *queer*.

A família ocidental e suas transformações será mostrada no terceiro capítulo. Através deste estudo, veremos como o conceito de família se mododifica

ao longo da história e como a família homossexual ganhou maior visibilidade no Brasil nos últimos anos. Com isso, chegamos finalmente à pesquisa a respeito da homoparentalidade masculina.

A Metodologia e os critérios usados no trabalho de campo são amplamente descritos no capítulo quatro. Será possível entender porque a pesquisa qualitativa foi escolhida e de que forma o papel da linguagem foi fundamental para esta pesquisa.

O capítulo cinco é reservado às entrevistas e suas análises, através do diálogo com a teoria descrita ao longo da dissertação. Os companheiros e até mesmo os próprios pais falam de suas angústias, medos, alegrias e realizações em sua (co)parentalidade homossexual.

Para fechar o trabalho preferimos não tecer uma conclusão definitiva. Ao invés disto, é feito um convite ao leitor para que se faça uma reflexão a respeito do que foi apresentado e, com isso, lançar um desafio para que mais trabalhos a respeito da co-parentalidade masculina no Brasil sejam escritos e, assim, mais diálogos travados.

Boa leitura !